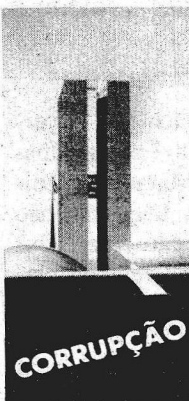


CPI exhibe bilhete que compromete os Benevides na máfia do Orçamento

Fotos: Geraldo Magela



A CPI do Orçamento encontrou provas que quase confirmam o envolvimento do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) com a máfia que controlava o repasse irregular das verbas federais. Foi achado

na casa do economista José Carlos Alves dos Santos um bilhete, escrito por Carlos Benevides, que demonstra a íntima ligação entre os dois no processo de desbloqueios de verbas oficiais. Além disso, o bilhete compromete também o pai de Carlos, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE).

A íntegra do bilhete, apresentada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) durante o depoimento de Carlos Benevides diz o seguinte: "Caro José Carlos. Estive aqui conforme combinado e trazer pessoalmente o fax anteriormente enviado. Hoje o DOU traz mais desbloqueios da Secretaria de Desenvolvimento Regional e DNER. Infelizmente, nada do nosso interesse. Continuamos (papai e eu) aguardando sua manifestação. Um abraço, Carlos Benevides". No mesmo bilhete, seguem ainda a lista de vários pedidos de descontingenciamento de obras de eletrificação rural em quatro localidades cearenses.

Influência — Além disso, entre os documentos encontrados, há uma relação de trinta emendas indicadas por Carlos Benevides para o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), relator-geral, para que fossem acrescentadas depois da aprovação do Orçamento. A CPI suspeita que Benevides tivesse tanta influência e ligação com José Carlos que indicou a ele que tipo de alteração deveria fazer nas suas emendas, para poder captar mais recursos em proveito da máfia do Orçamento. A listagem foi feita num papel timbrado do Prodasen, o que leva à suspeita de que Benevides possa ter redigido o pedido no local.

Outra irregularidade descoberta contra Carlos Benevides foi um ofício dirigido a Ricardo Fiúza, então ministro da Ação Social, encaminhando uma lista de 54 entidades do Ceará para serem beneficiadas com verbas de subvenções sociais. O ofício foi encontrado também na casa de José Carlos e já tinha o despacho favorável de Fiúza — todas acabaram sendo beneficiadas, com um total liberado de cerca de US\$ 1 milhão. O documento tem a data de junho de 1992, quando José Carlos nem era mais diretor do DOU, nem exercia função no Ministério da Ação Social. Ou seja, não havia explicação para que esse tipo de papel estivesse de posse de José Carlos.



Carlos Benevides deu duas versões sobre seu relacionamento com José Carlos Alves dos Santos

150